

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS E OS DESAFIOS DO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Enelise Galan¹
Dayane Christine Pinheiro²
Mariana Gianelli³
Priscila Soares Vidal Festa⁴

RESUMO

De acordo com a professora Frias (2008) no momento presente muito se discute sobre a inclusão escolar na escola comum de ensino. É assegurado por lei que todos os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) tenham sua vaga garantida, seja qual for sua diferença ou necessidade. A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar as dificuldades e os desafios encontrados pelo docente em sala de aula, com alunos com necessidades educacionais especiais em uma escola privada, tendo como objetivos específicos levantar os aspectos históricos e normativos referentes à inclusão educacional, apresentar os fundamentos da Educação Infantil e as características de 0 a 5 anos, descrever a formação necessária do professor para atuar com inclusão e apresentar os desafios e possibilidades do ensino inclusivo na Educação Infantil. A presente pesquisa possui caráter qualitativo, referente aos objetivos é delimitada como exploratória do modo bibliográfica com pesquisa de campo. O trabalho em si teve a finalidade de reforçar os desafios encontrados pelos docentes em trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais e a importância de ter a formação adequada.

Palavras-chave: Inclusão, Professor, Crianças com necessidades educacionais especiais.

ABSTRACT

According to the teacher Frias (2008) at the present moment much is discussed about school inclusion at common schools. It is insured by law, that all students with special school needs, must have their vacancy guaranteed, does not matter what the difference or the need is. The present search has as general objective analyze the difficulties and the challenges found by the teacher in the classroom with inclusion students in private schools, and as specific objective raise the historical and normative aspects about educational inclusion, to introduce the fundamentals of child education and the characteristics of children from 0 to 5 years old, describe the training required for the teacher to act with inclusion, bring up with the challenges and the possibilities of the inclusive education at Pre-school and Kindergarten. The present search has qualitative feature, about the

¹ Aluna do Curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário. E-mail: izegalan@hotmail.com

² Aluna do Curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário. E-mail: dayanecp15@hotmail.com

³ Aluna do Curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário. E-mail: ma.gianelli@hotmail.com

⁴ Doutoranda em Educação, UTP; Mestre em Distúrbios da Comunicação, UTP; Professora da FAE Centro Universitário. E-mail: priscila.festa@fae.edu

objectives it is delimited as exploratory from the bibliographical mode with field research. The work itself has the purpose of strengthen the challenges faced by teachers while working with students with special educacional needs and the value of having the appropriate training.

Key words: Inclusion, Teacher, Children with special educacional needs.

INTRODUÇÃO

De acordo com a professora Frias (2008), no momento presente muito se discute sobre a inclusão educacional na escola comum do ensino regular. É assegurado por lei na Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de Setembro de 2001 (BRASIL, 2001) que todos os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) tenham sua vaga garantida, seja qual for sua diferença ou necessidade. Ainda de acordo com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a educação é um direito assegurado para todos e em desacordo com todos os tipos de preconceitos.

Frias (2008) explica que o termo necessidades educacionais especiais passou a ser conhecido, tendo bastante ênfase nas escolas, com o intuito de aniquilar os sentidos negativos que eram destinados às pessoas com deficiência. As pessoas com necessidades educacionais especiais podem ser compreendidas por aquelas que possuem limitações motoras, cognitivas, síndromes variadas, linguísticas, altas habilidades, particularidades mentais, de natureza física, sensorial ou intelectual, podendo delimitar seu desenvolvimento na escola (FERNANDES, VIANA, 2009).

Porém, por meio de pesquisas realizadas sobre inclusão escolar (RODRIGUES, 2006; CARVALHO, 2007; PASCHOAL, MACHADO, 2009; BUDEL, 2012), observa-se que este movimento de inclusão ainda está em fase de construção e de desenvolvimento dentro das escolas.

Assim, este trabalho foi desenvolvido em torno do seguinte tema: “A inclusão de crianças com NEE e os desafios do docente em sala de aula” e teve como principal objeto de pesquisa os desafios para o docente no processo de inclusão de crianças com NEE na Educação Infantil.

Neste contexto, surge a seguinte problematização: Quais são os desafios para o professor na inclusão de crianças com NEE na Educação Infantil?

A hipótese que orientou o estudo é de que mesmo com a formação acadêmica, os profissionais da área da educação encontram dificuldades na prática pedagógica com alunos que possuem NEE.

Como objetivo geral, elencou-se analisar as dificuldades e os desafios encontrados pelo docente em sala de aula com alunos de Educação Infantil que apresentam necessidades educacionais especiais em uma escola privada. Como objetivos específicos buscou-se levantar os aspectos históricos e normativos referentes à inclusão educacional, apresentar os fundamentos da Educação Infantil e as características de 0 a 5 anos, descrever a formação necessária para o professor trabalhar com inclusão e identificar as dificuldades e possibilidades do trabalho do professor na Educação Infantil, junto a inclusão destes alunos com NEE.

A metodologia utilizada nesse trabalho foi de natureza qualitativa, exploratória, bibliográfica com pesquisa de campo com aplicação de questionário. O público desta pesquisa delimitou-se a três professoras de Educação Infantil de uma escola privada em Curitiba – PR e como critério de eleição da população elencou-se que estas profissionais tivessem alunos com NEE em sala de aula no ano vigente.

Esta pesquisa trouxe contribuições importantes para a área de Pedagogia por meio do questionamento do preparo dos professores com os alunos de inclusão educacional, sendo por questões de capacitação, espaços apropriados e materiais pedagógicos direcionados.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ASPECTOS NORMATIVOS

A Educação Inclusiva é uma realidade no âmbito escolar. Carvalho (2007) refere-se que a educação para todos não é algo fácil de ser adquirido, pois oferecer uma educação de qualidade e diferenciada não depende apenas das políticas educacionais, mas elas precisam ser vinculadas a outras políticas públicas, especialmente com as de recursos financeiros e outras como bem-estar das famílias. Portanto, o sistema educacional inclusivo precisa de órgãos dirigentes voltados às políticas públicas e sociais da educação.

Segundo Oliveira, Gonzaga e Lima (2015) é necessária a modificação do sistema escolar, com uma nova proposta para a Educação Inclusiva em escolas regulares:

Educação Inclusiva, favorecendo em um só tipo de escola, a escola de ensino regular que deve acolher todos os alunos e também se empenhar em identificar as dificuldades e limitações dos estudantes, buscando ajuda e encaminhamentos através de profissionais qualificados de utilização de apoios e recursos que garantam a superação dessas dificuldades (p.2).

Carvalho (2007) ainda retrata que a educação em sua história, era pouco inclusiva, tanto ao acesso quanto na qualidade de ensino oferecido aos alunos com NEE. Mas, atualmente, a Educação Inclusiva acontece mais efetivamente, com acessos e consciência voltados aos direitos humanos.

Nesse sentido foram desenvolvidos vários documentos reafirmando os direitos humanos da pessoa com deficiência, a saber, a Declaração da Salamanca (BRASIL, 1994); LDBEN Lei nº 9394/96 (BRASIL, 1996) ; Resolução CNE/CEB nº 2/2001 que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001); Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), Decreto nº 7.611 relacionado ao Atendimento Educacional Especializado (BRASIL, 2011) e a Lei nº 13.146 conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

Em 1994, na Espanha, durante a Conferência Mundial sobre a Educação Especial, foi implementado um documento, denominado como Declaração de Salamanca, com o intuito de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais segundo o movimento de inclusão social (BUDEL, 2012).

Por meio da Declaração de Salamanca, pode-se observar que a inclusão precisa envolver toda a sociedade em uma perspectiva inclusiva e para torná-la efetiva é preciso compreendê-la. Embora a Educação Inclusiva ainda seja processo complexo, ela acabou contribuindo para que a sociedade revisse a situação dos cidadãos com necessidades educacionais especiais. Mesmo que, ainda se tenha dificuldade em colocar todas as leis em prática e a noção de que a inclusão é todo o seu processo, vale ressaltar que esta não acontece de um momento para outro (SANTOS, TELES, 2012).

A respeito da educação dos alunos com NEE no sistema educacional brasileiro, meio da Lei nº 9394/96 (BRASIL, 1996) conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, foi estabelecido o atendimento educacional preparado aos portadores de deficiência⁵, preferencialmente a rede regular de ensino.

Outro documento importante para o fortalecimento da inclusão educacional no Brasil foi CNE/CEB nº 2/2001, que implementou as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001). Neste documento aconselha-se a importância da observação para com a individualidade de cada estudante, suas características e faixa etária, de forma que lhes proporcione integridade humana, e procura de sua identidade e avanço como cidadão (PASCHOAL, MACHADO, 2009).

Após muitas discussões e busca do estabelecimento da Educação Inclusiva no sistema de ensino brasileiro, em 2008, por meio da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva foi estabelecido que é dever do Estado prover educação de qualidade, sem discriminações, sem exclusões e com apoio especializado em caso de necessidades individuais a todos os estudantes, inclusive as pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e aquelas com altas habilidades (BUDEL, 2012).

Estes documentos culminaram na realização da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146 (BRASIL, 2015) que defende que as pessoas com deficiência tenham condições de igualdade, e tenham garantidos seus direitos e liberdade, tendo em vista a sua inclusão social e cidadania.

Portanto, com base nestes documentos, percebe-se que o sistema educacional brasileiro ainda oportunizar e dar mais assistência aos estudantes com NEE, contribuindo em seu desenvolvimento e oportunizando uma educação de qualidade por meio do acesso e de sua permanência.

A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO BRASILEIRO

Em relação à Educação Infantil no Brasil, Oliveira (2007) destaca a importância da Constituição de 1988, em que evidencia o enfrentamento pela democratização na escola pública, igualdade, a luta por creches e pré-escolas, um direito que a criança tem e um dever que o Estado deve-se cumprir.

Outro documento importante foi a Lei de Diretrizes e Bases, nº 9394/96 (BRASIL, 1996) que determinou na Educação Infantil como etapa inicial da educação básica contemplando o atendimento às crianças de 0 a 6 anos (art.

⁵ A partir da portaria SEDH nº 2.344, de 3 de novembro de 2010 (BRASIL, 2010) mudou-se a nomenclatura de “portadores de deficiência” para “pessoa com deficiência”.

29). A LDBEN segundo Oliveira (2007), acrescentou melhorias na educação, contribuindo com a qualidade do ensino e a valorização do profissional da educação.

Vale ressaltar que a partir de 2013, por meio da Lei nº 12.796 (BRASIL, 2013), em seu artigo 4 e inciso II, modificou-se a idade do atendimento às crianças na Educação Infantil, sendo de 0 a 5 anos, ressaltando sua finalidade de promover “o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

A respeito do ensino às crianças de 0 a 5 anos, Mahoney e Almeida (2005) afirmam que o processo de ensino aprendizagem é singular, em que a relação professor-aluno é um fator decisivo, sendo um recurso fundamental do professor. As atribuições sobre afetividade nesse processo é um recurso importante para aumentar sua eficiência e programas de formação de professores (MAHONEY, ALMEIDA, 2005).

Nesse sentido, os estudos desenvolvidos por Henri Wallon são ferramentas que ajudam no entendimento no processo de construção da pessoa, que acontece desde quando a criança nasce até sua fase adulta (MAHONEY, ALMEIDA, 2005). Portanto, Wallon (MAHONEY, ALMEIDA, 2005) apresenta três estágios da criança, a saber, o estágio impulsivo emocional, o estágio sensório-motor e projetivo e o personalismo.

No 1º estágio, denominado como impulsivo emocional (0 a 1 ano) Wallon (MAHONEY, ALMEIDA, 2005) destaca que por meio de movimentos desordenados, a criança demonstra sua afetividade, atendendo às sensibilidades corporais sendo introceptivas (sensibilidade das vísceras) e proprioceptiva (sensibilidade dos músculos). Nesse sentido, o método de aprendizado neste estágio é a união com outros. Por tanto, o procedimento de ensino-aprendizagem requer resultados corporais, contatos epidêmicos, daí a valor de se unir ao seu protetor, que conduza, cuide, nine, e dê colo.

No decorrer dessa união, a criança participa profundamente do espaço, além da construção de noções e vai se habituando e compreendendo esse universo, deste modo, começando um sistema de diferenciação.

No 2º estágio intitulado como sensório – motor e projetivo (1 a 3 anos), é o momento em que a criança já fala e anda, retornando para o universo da descoberta, para um forte convívio com objetos e questionamentos persistentes “do que é” e “como se chama” (MAHONEY, ALMEIDA, 2005)

O procedimento de ensino - aprendizagem no sentido afetivo se mostra pelo propósito do professor ofertar diversos acontecimentos, proporcionando um ambiente favorável, para que todos os estudantes consigam envolver-se da mesma maneira e pela sua condição de responder as persistentes perguntas, na busca de explorar o universo e assim simplificar ao aluno a sua diferença em associação aos objetos.

No 3º estágio, denominado de personalismo (3 a 6 anos), o sentido é para si próprio, a criança aprende pelo oposto do outro, pelo descobrimento do que lhe faz diferente de outras pessoas. Os modos de afetividade que simplificam esse aprendizado contêm oportunidades diversas de convívio com outras crianças de diferentes idades e a compreensão dos modos de negação,

recordando que são aptidões de desenvolvimento Wallon (MAHONEY, ALMEIDA, 2005).

Nesse contexto o procedimento de ensino - aprendizagem é indispensável e o professor necessita ofertar diversas atividades que revelam a opção da criança pelas atividades que mais fascina. O adulto será o receptor de várias respostas como: “não”; “não gosto”; “é meu”; “não vou”; “não quero”. O interessante do lado afetivo é identificar e considerar as particularidades que decepcionam, assim como chamar pelo nome, fazer com que a criança veja que está sendo observada, e dar chance para que a criança se expresse.

É possível observar que cada fase do desenvolvimento da criança é extremamente importante para a maturação da mesma criança. Todas as fases estão interligadas e contribuem para o próximo passo de evolução da criança. A criança inicia suas descobertas compreendendo o mundo em que está inserida e passa a se releva para ela mesma, se reconhecendo como um ser único e importante (MAHONEY, ALMEIDA, 2005).

Para o professor que atua na Educação Infantil, é importante o conhecimento a respeito do desenvolvimento das crianças e o impacto que sua atuação pode refletir na formação das mesmas.

OS DESAFIOS DO DOCENTE NA INCLUSÃO EDUCACIONAL

Uma atenção maior é dada quando este professor atuante na Educação Infantil possui alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, pois além das questões referentes ao seu desenvolvimento, necessita atender as especificidades deste aluno.

Além da formação inicial e continuada, o professor que atua junto ao aluno com NEE necessita desenvolver sua afetividade e manifestá-la em seus procedimentos no processo de ensino-aprendizagem destes alunos, conforme apontam Mahoney e Almeida (2005). Nesse sentido, o afeto é primordial para relação entre aluno e professor, e principalmente para seu desenvolvimento no ambiente escolar.

No processo de ensino-aprendizagem, o aluno é o sujeito e o construtor do processo, toda aprendizagem precisa ser embasada em um bom relacionamento entre os elementos que participam do processo, ou seja, aluno, professor, colegas de turma: diálogo, colaboração, participação, trabalhos e jogos (brincadeiras) em conjunto ou em grupos e respeito mútuo (KULLOK, 2002, p.11).

Segundo Pereira e Gonçalves (2010), o afeto no âmbito escolar não se baseia em apenas abraçar ou recepcionar bem os alunos, mas na confiança transmitida pelo professor na aprendizagem do educando.

Outra questão importante no desenvolvimento deste trabalho, é a importância da didática em sala de aula. De acordo com Balbino e Santos (2015) para que exista desenvolvimento na aprendizagem das crianças com NEE é preciso que ocorra intervenção pedagógica, que se dê suporte às necessidades particulares de cada educando, para que assim aconteça efetivamente uma melhoria no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Também é preciso considerar as disponibilidades emocionais e cognitivas dos educandos, pois estes são fatores fundamentais para o estabelecimento de uma relação com os colegas e com o grupo, levando os educandos a compreender as normas, socializar-se e aprender valores. Sendo assim, compete ao professor organizar sua turma em grupos para desenvolver o trabalho pedagógico, pois desta forma estará considerando as diferenças de seus alunos (BALBINO, SANTOS, 2015).

Ainda segundo Balbino e Santos (2015), os alunos com NEE demandam recursos pedagógicos e metodológicos específicos para ter compreensão da aprendizagem. A aprendizagem das crianças com NEE ganha muito mais sentido se ela estiver constantemente ativa dentro de um ambiente que lhe garanta o convívio e a participação.

Também, as metodologias adotadas pelos professores em sala de aula na Educação Infantil influenciam diretamente na aprendizagem de seus alunos e no convívio deles com o meio em que estão inseridos.

A metodologia utilizada pelo professor tende objetivamente a ajudar os alunos a atingirem os objetivos propostos pelo educador. No caso das crianças com NEE na Educação Infantil, estes conceitos também são importantes, pois para o desenvolvimento desse aluno acontecer, a metodologia utilizada é grande importância.

Logo, o papel do docente é o de preparar, escolher e estabelecer os conteúdos, planejar tarefas, gerar situações de aprendizagem dentro da sala de aula, encorajar os educandos, isto é, o docente organiza as atividades de ensino dos educandos com o propósito que eles se transformem em indivíduos atuantes da respectiva aprendizagem. Não há docência se os educandos não aprimoram sua inteligência e aptidão mental, se não compreendem estes conhecimentos de modo pessoal ou se não são capazes de aplicá-los na prática, sendo nas atividades, avaliações realizadas em sala ou mesmo na vida (LIBÂNEO, 2002).

Toledo e Martins (2009) apontam que atualmente as escolas recebem uma demanda cada vez maior de aluno com NEE, afirmando que muitos dos professores em atuação não estão preparados, além de que as escolas são precárias no atendimento das infinitas necessidades dos alunos e suas individualidades. Por isso, é necessário ao professor atuante refletir sobre sua formação e seu preparo para trabalhar com essa escola para todos.

De acordo com Toledo e Martins (2009) consequentemente o docente, deve conhecer seu aluno por completo, conhecendo as questões físicas, a sua história de vida, o contexto social a qual faz parte, e assim averiguar se o processo de benefícios está sendo efetivado.

Rodrigues (2006) menciona que a concepção de uma escola inclusiva é algo revolucionário para o sistema tradicional, principalmente se relacionado ao preparo do docente. O autor ressalta que a formação do docente de educação, necessita de uma especialização abrangente em torno do aluno com NEE, com conteúdos mais aprofundados em relação à Educação Especial.

ANÁLISE DE DADOS

Este estudo foi realizado com 3 professoras regentes da Educação Infantil em uma escola privada de Curitiba, tendo como foco o preparo e os desafios do docente com alunos com necessidades educacionais especiais. Foram selecionadas 3 professoras de Pré I, que atuam com crianças de 3 e 4 anos, sendo nomeadas como P1, P2 e P3. O tempo de docência das professoras 2 e 3 é inferior a 5 anos e o da professora 1, é de 13 anos. Vale ressaltar que todas as professoras pesquisadas já tinham experiência com alunos com alguma necessidade educacional especial em sala de aula.

A pesquisa de campo evidencia averiguações, além da pesquisa bibliográfica, logo, o instrumento utilizado na coleta de dados foi o questionário, sendo este dividido em 4 categorias: 1) Conceitos sobre a educação inclusiva, 2) a formação dos professores para a inclusão, 3) o vínculo entre escola, professor e família e 4) os procedimentos pedagógicos em sala de aula.

A respeito da categoria 1, conceitos sobre a educação inclusiva, as professoras pesquisadas apresentam as seguintes concepções com base em suas experiências com a inclusão educacional:

A Educação Inclusiva torna as crianças participantes da vida social e estudantil que lhe é direito (P1, 2017);
Minha experiência de início foi bem conturbada e nada fácil, tive que “aprender” a lidar com a necessidade do aluno e também amparar os outros alunos que se sentiram perdidos naquela situação (P2, 2017);
Me sinto incapaz, falta conhecimento, preparo pedagógico. É necessário contar com um profissional de psicologia para auxiliar” (P3, 2017).

Mediante estas respostas e relacionando-as com a pesquisa bibliográfica, percebe-se que Toledo e Martins (2009) confirmam que existem professores que temem receber alunos com necessidades educacionais em sala de aula, conforme conceitos apresentados por P2 e P3, pois é fundamental que “eles tenham uma atitude mais pró-ativa com relação às situações que vivenciam no contexto escolar, especialmente quando são responsáveis por atuar junto a crianças que apresentam necessidades especiais” (p. 2).

A respeito do desenvolvimento da prática pedagógica do professor em sala de aula, Libâneo (1998) aponta que a formação oferecida aos professores impacta de modo direto aos alunos, em que o conhecimento adquirido por eles é de grande importância para uma boa atuação em sala de aula. Logo, Chimentão (2009) ressalta a importância da formação continuada enquanto pré-requisito básico para a transformação do professor.

No que refere-se aos conceitos da Educação Inclusiva e o processo de inclusão em sala de aula, a premissa é que se tenha um preparo maior e profissionais dispostos a receber, estudar e trabalhar com esse aluno. Mediante o exposto pode ser visto que as profissionais que responderam o questionário sentem dificuldade no desenvolvimento do processo pedagógico.

Na categoria 2, relacionada à formação dos professores para a inclusão educacional, ao saber que iria receber um aluno com NEE em sua sala de aula, P3 afirma: “Fiquei apreensiva. Busquei informações com familiares e profissionais que trabalham com ele para ter subsídio ao atuar com ele” (P3, 2017). Ao serem questionadas a respeito das habilidades e questões que o professor que atua na inclusão educacional precisa ter, P2 respondeu que é “

Precisa ser formado na área, ou estar sempre estudando e se atualizando sobre os assuntos, ser flexível e criativo” (P2, 2017) e P3 complementou afirmando que o professor necessita de “paciência, jogo de cintura, afeto e amor” (P3, 2017).

Nesse sentido, Goffman (1998) afirma que o despreparo e a falta de conhecimentos estão diretamente relacionados com a formação ou capacitação recebida. Oliveira, Gonzaga e Lima (2015) defendem que é necessário existir atitudes emotivas do profissional como dedicação, amor, atenção, afeto, ser sensível ao estudante ‘especial’, gostar do que faz.

Outra vez, a falta de preparo e a formação continuada foram levantadas pelas professoras. Diante do exposto até aqui, foi possível verificar como a ausência de informação e conhecimento prejudicam as professoras em saber como desenvolver a prática pedagógica com alunos que apresentam NEE na Educação Infantil, percebendo assim, as necessidades do aluno.

A categoria 3, o vínculo entre escola, professor e família, P2 afirma que não teve apoio de outros profissionais especializados para auxiliar no processo de adaptação e no desenvolvimento do encaminhamento pedagógico com o aluno com NEE, enquanto P3 destaca que existe este apoio em sua prática, porém o mesmo não é efetivo.

A respeito do envolvimento da família no processo de desenvolvimento/aprendizagem, P1 relata que “as famílias são diferentes, algumas extremamente participativas, outras delegam tudo para o colégio” (P1, 2017) e P3 afirma que “a família do meu aluno dá todo apoio e subsidio. Isto faz tudo a diferença” (P3, 2017).

Em relação à participação da família, Brambatti (2010) ressalta que a família deve, portanto, se esforçar em estar presente em todos os momentos da vida de seus filhos. Assim, é essencial à equipe escolar conhecer as famílias de seus alunos com a qual a escola atende, especialmente quais são suas necessidades, exigências e receios, que são informações valiosas para executar com êxito o trabalho com os alunos.

Na categoria 4, com questões relacionadas aos procedimentos pedagógicos em sala de aula relacionados aos educandos com NEE, P2 afirma que estes “conseguem aprender e se desenvolver como os demais sim, desde que o conteúdo seja aplicado adaptado as necessidades do aluno” (P2, 2017) e P3 relata que “é necessário fazer um planejamento individual para o aluno especial. Ele não compreende nada abstrato, por exemplo” (P3, 2017).

A utilização de métodos adaptados e estratégias utilizadas pelos professores que trabalham com NEE com atitudes emocionais como afeto, amor, dedicação também fazem parte na estimulação do educando sendo algo muito positivo para o desenvolvimento do aluno (OLIVEIRA, GONZAGA E LIMA, 2015). Por isso, a inclusão educacional precisa acontecer no espaço escolar e garantir a todas as crianças e jovens o acesso a aprendizagem por meio de todos os recursos e possibilidades.

Em relação aos desafios encontrados pelas professoras em sala de aula, ao trabalhar com educandos que apresentam NEE, pode-se destacar a falta de conhecimento das potencialidades do aluno, dos estudos direcionados à inclusão educacional e de como realmente incluir esse aluno na escola. Também, nota-se os conhecimentos não adquiridos em sua formação,

dificuldades em relação formação continuada voltada para inclusão educacional e em relação à instituição.

A ação pedagógica, junto ao ambiente escolar, precisa favorecer mais essas crianças, desenvolvendo estratégias. Nesse sentido, o professor é um dos elementos principais desse processo de inclusão, em que a afetividade, amor e dedicação fazem parte da construção de mudanças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da pesquisa apresentou situações de professoras em uma escola comum do ensino regular perante a inclusão de alunos com NEE na Educação Infantil, expondo que muitas vezes a falta da formação continuada e o despreparo em não saber trabalhar com esse aluno pode trazer implicações neste processo de inclusão educacional.

É importante ressaltar que a Educação Inclusiva tem como objetivo proporcionar ao aluno com NEE as possibilidades e oportunidades na sociedade e um ambiente escolar de harmonia e respeito, porém, com o resultado da pesquisa, as pesquisadoras deferiram os questionamentos levantados no início do trabalho que são de fatos verídicos, afirmando que existem desafios para o docente na sala de aula com alunos de necessidades educacionais especiais e que a inclusão educacional não acontece de fato como é proposto na legislação e nos documentos norteadores.

A pesquisa de campo proporcionou um grande conjunto de informações, tendo uma contribuição relevante no entendimento do trabalho de professores com alunos de NEE, as práticas utilizadas e os desafios que foram apontados, confirmando uma carência de conhecimentos e apoio junto ao docente.

A inclusão educacional acontece quando é ofertada a formação continuada aos professores, além da presença da afetividade e sensibilidade em relação a todo este processo. E quem é indispensável neste contexto, é o professor, no qual muitas vezes sente apreensão frente aos desafios encontrados, como auxiliar esse aluno, estimular sua participação nas atividades e em sua aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BALBINO, E.S.; SANTOS, P.A. A inclusão e o processo de ensino-aprendizagem das crianças com deficiências: metodologias e práticas dos professores. In: CONGRESSO DE INOVAÇÃO PEDAGÓGICA EM ARAPIRACA, 1., 2015, Arapiraca. Arapiraca: Ufal, 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/cipar/article/viewFile/1879/1380>>. Acesso em: 30 maio. 2017.

BRAMBATTI, F. F. A importância da família na educação de seus filhos com dificuldades de aprendizagem escolar sob a ótica da Psicopedagogia. Revista de Educação do Ideau (REI), Getúlio Vargas, v. 5, n. 10, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/201_1.pdf>. Acesso em: 22 set. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 17 jul. 2017.

_____. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Unesco, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

_____. Lei nº 9.394/96. Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 17 jul. 2017.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2/2001. Diário Oficial da União. Brasília, 14 set. de 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2017.

_____. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2017.

_____. Portaria nº 2.344, de 3 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.udop.com.br/download/legislacao/trabalhista/pcd/port_2344_pcd.pdf>. Acesso em: 22 set. 2017.

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Diário Oficial República Federativa do Brasil, Brasília, 17 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 17 jul. 2017.

_____. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Diário Oficial República Federativa do Brasil, Brasília, 4 abr. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm>. Acesso em: 01 dez. 2017.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Diário Oficial da União, Brasília, 6 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 14 mai. 2017.

BUDEL, G. C. Mediação de aprendizagem na educação especial. Curitiba: IBPEX, 2012.

CARVALHO, R. E. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2007.

CHIMENTÃO, L. K. O significado da formação continuada docente. In: CONGRESSO NORTE PARANAENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR, 4, 2009, Londrina. Anais. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/conpef/conpef4/trabalhos/comunicacaooralartigo/artigocomoral2.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2017.

FERNANDES, T. L. G.; VIANA T. V. V. Alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs): avaliar para o desenvolvimento pleno de suas capacidades. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 20, n. 43, p. 4, mai./ago. 2009. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1495/1495.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

FRIAS, I. M. A. (2008). Inclusão escolar do aluno com necessidades especiais: contribuições ao professor do ensino regular. Material didático PDE. Paranavaí: Seed/PR; Fafipa; UEM, 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-6.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2017.

GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

KULLOK, M. G. B. (Org.). Relação professor-aluno: contribuições à prática pedagógica. Maceió: Edufal, 2002.

LIBÂNEO, J. C. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissões docente. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Didática: velhos e novos temas. Goiânia: Edição do Autor, 2002.

MAHONEY, A.A.; ALMEIDA, L.R. Afetividade e processo ensino aprendizagem: contribuições de Henri Wallon. Psicologia da Educação, São Paulo, n. 20, p. 11-30, set. 2005. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n20/v20a02.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

OLIVEIRA, Z. R. Educação Infantil: fundamentos e métodos. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, V. L. C; GONZAGA, M. Z. ; LIMA, E.C.Z. Educação inclusiva: um ato de amor e afetividade. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Conedu, 2, 2015, Campina Grande, PB. Campina Grande: Realize, 2015. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV04_5_MD1_SA14_ID5997_09092015092122.pdf>. Acesso em: 22 set. 2017.

PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. V. G. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. Revista Histedbr On-line, Campinas, n. 33, p. 79-84, 2009. Disponível em:

<<http://www.ceap.br/material/MAT14092013163751.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

PEREIRA, M. J. A.; GONÇALVES, R. Afetividade: caminho para aprendizagem. Revista Alcance (EAD/UniRio), 1. ed., p. 2-7, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/alcance/article/viewFile/669/625>>. Acesso em: 6 mai. 2017.

RODRIGUES, D. (Org.). Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

SANTOS, A. R.; TELES, M. M. Declaração de Salamanca e Educação Inclusiva. In: SIMPÓSIO EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO INFOINCLUSÃO: possibilidades de ensinar e aprender, 3, 2012, Aracaju. Aracaju/SE: Editora, 2012. p. 77-87. Disponível em: <<http://geces.com.br/simposio/anais/anais-2012/Anais-077-087.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

TOLEDO, E. H.; MARTINS, J. B. A atuação do professor diante do processo de inclusão e as contribuições de Vygotsky. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, EDUCERE, 9, 2009, Curitiba. Curitiba: PUCPR, 2009. p. 4126-4138. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3298_1675.pdf>. Acesso em: 2 set. 2017.